

MESA DIRETORA

FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSE
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Zé Reinaldo
Deputado Flamarion Portela
Deputado Jalsler Renier
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Chicão da Silveira
Deputado Coronel Chagas
Deputado Brito Bezerra

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Coronel Chagas
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Remídio Monai

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Zé Reinaldo

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Brito Bezerra
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Flamarion Portela
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Ionilson Sampaio
Deputado Zé Reinaldo

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Ivo Som
Deputado Coronel Chagas
Deputado Jânio Xingú
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Soldado Sampaio

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço
Deputado Erci de Moraes
Deputado Naldo da Loteria
Deputada Ângela Âguida Portella
Deputado Brito Bezerra
Deputado Marcelo Cabral

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Jalsler Renier
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Erci de Moraes
Deputado Coronel Chagas

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Ionilson Sampaio
Deputada Ângela Âguida Portella
Deputado Joaquim Ruiz
Suplentes:
1º - Deputado George Melo
2º - Deputado Ivo Som

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Erci de Moraes
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Chicão da Silveira

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra
Deputado Jalsler Renier
Deputado George Melo
Deputado Jean Frank
Deputado Ivo Som

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Naldo da Loteria
Deputado Marcelo Natanael
Deputada Ângela Âguida Portella

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Âguida Portella
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Jânio Xingú
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Dhiego Coelho

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Soldado Sampaio
Deputado Marcelo Cabral
Deputado George Melo
Deputado Erci de Moraes
Deputado Flamarion Portela

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho
Deputado Ivo Som
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Naldo da Loteria
Deputado Remídio Monai

Atos Administrativos

Resoluções de Afastamentos nº 132 a 134/2014 02

Atos Legislativos

Ata da 2281ª Sessão Ordinária - Íntegra 02

 Comissão de Indústria, Comércio e Turismo -
 Termo de Reunião nº 001/2014 03

 Comissão de Indústria, Comércio e Turismo - Edital
 de Convocação nº 001/2014 03

SUMÁRIO

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

 Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR
 Telefone: (95) 3623-6665

 ELÂNDIA GOMES ARAÚJO
 Gerente de Documentação Geral

 CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA
 Diagramação

EXPEDIENTE

MATERIAS E PUBLICAÇÕES

 As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa
 deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através
 de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de
 segunda a sexta-feira até às 15:30h

 É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos
 da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções
 ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de
 documentos em tempo hábil para publicação.

ATOS ADMINISTRATIVOS
RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTOS
RESOLUÇÃO Nº 132/2014

 A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de
 Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a
 Resolução 008/09.

RESOLVE
AUTORIZAR o afastamento dos servidores **NÉLIO ALIOMAR
 ALVES PEREIRA, Matrícula 012434, MARIENE LIRA DOS SANTOS,
 Matrícula 001049 e MARIA APARECIDA MOREIRA DE HOLANDA,
 Matrícula 001208** para viajarem com destino a cidade de Fortaleza-CE, no
 período de 24.03 a 28.03.2014, com a finalidade de participarem de treinamento
 junto à Assembleia Legislativa daquele Estado, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 14 de março de 2014

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO
Presidente
Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º Secretário
Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO
3º Secretário
RESOLUÇÃO Nº 133/2014

 A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de
 Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a
 Resolução 008/09.

RESOLVE
AUTORIZAR o afastamento da servidora **VERONA SAMPAIO
 ROCHA LIMA, Matrícula 012249** para viajar com destino a cidade do
 Rio de Janeiro-RJ, no período de 14.04 a 16.04.2014, com a finalidade de
 participar do Curso de Contratação de bens e Serviços de Tecnologia da
 Informação e Comunicação, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 14 de março de 2014

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO
Presidente
Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º Secretário
Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO
3º Secretário
RESOLUÇÃO Nº 134/2014

 A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de
 Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a
 Resolução 008/09.

RESOLVE
AUTORIZAR o afastamento da servidora **MARIA JAIME L.
 MENEZES, Matrícula 000069** para viajar com destino a cidade do Maceió-
 AL, no período de 06.04 a 10.04.2014, com a finalidade de participar do
 Curso de Licitações e Contratos – Temas Polêmicos e os Entendimentos do
 TCU e dos Tribunais Superiores, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 14 de março de 2014

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO
Presidente
Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º Secretário
Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO
3º Secretário
ATAS PLENÁRIAS - ÍNTEGRA
ATA DA 2281ª SESSÃO, EM 25 DE FEVEREIRO DE 2014.
47º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.
= ORDINÁRIA =
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CORONEL CHAGAS.

(Em exercício)

 Às nove horas do dia vinte e cinco de fevereiro de dois mil e treze,
 no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima ducentésima
 octogésima primeira Sessão Ordinária do quadragésimo sétimo período
 legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de
 Roraima.

 O Senhor Presidente **Erci De Moraes**: – Convido o Senhor
 Deputado Gabriel Picanço para atuar como Primeiro Secretário *ad hoc*.

 - Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à verificação
 de quórum.

 O Senhor Primeiro Secretário **Chicão da Silveira**: – Senhor
 Presidente, não há quórum regimental para abertura dos trabalhos.

 O Senhor Presidente **Erci de Moraes**: – Não havendo quórum
 regimental, suspendo a abertura dos trabalhos pelo prazo de quinze minutos.
 Reaberta a Sessão.

 O Senhor Presidente **Coronel Chagas**: – Convido o Senhor
 Deputado **Zé Reinaldo** para atuar como Segundo Secretário *ad hoc*.

 - Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à verificação
 de quórum.

 O Senhor Primeiro Secretário **Chicão da Silveira**: - Senhor
 presidente, há quórum regimental.

 O Senhor Presidente **Coronel Chagas**: – Havendo quórum
 regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro
 aberta a Sessão.

 - Solicito ao Senhor Segundo Secretário proceder à leitura da Ata
 da Sessão anterior.

 O Senhor Segundo Secretário **Remídio Monai** lê a ata.

 O Senhor Presidente **Coronel Chagas**: – Coloco em discussão
 a Ata da sessão anterior. Os Deputados que forem favoráveis, permaneçam
 como estão.

- Dou por aprovada a Ata com retificação.

 - Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do
 Expediente.

 O Senhor Primeiro Secretário **Chicão da Silveira**: – Senhor
 Presidente, o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDO DO EXECUTIVO:

 - Ofício nº 422/14 de 19/02/14, da Casa Civil, dispõe sobre o
 Plano de Cargos, Carreira e Remunerações – PCCR.

RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

 Projeto de Lei s/n/14, de 20/02/14, do Deputado Ivo Som, que
 dispõe sobre a instalação, nos terminais de caixa automático de bancos, de
 dispositivo para identificar envelope vazio.

 Projeto de Lei s/n/14, de 20/02/14, do Deputado Ivo Som, que
 dispõe sobre a destinação de bicicletas apreendidas pelos policiais civis e
 militares do Estado de Roraima.

 Indicação s/n/14, de 21/02/14, da Deputada Ângela Águda
 Portela, solicitando reforma das vicinais 03 e 13 da Vila São José, e da BR
 210 do município de Caracará.

 Memorando nº 010/14, de 24/02/14, do Deputado Brito Bezerra,
 solicitando imediata suspensão do contrato nº 016/2013.

 Ofício nº 01/14, de 18/02/14, informando que o novo líder da
 oposição para o ano de 2014 será o Deputado Francisco José Brito Bezerra;

o 1º Vice-líder, o Deputado Francisco dos Santos Sampaio e 2º Vice-líder, o Deputado Flamarion Portela.

Moção de Aplausos s/n/14, de 20/02/14, do Deputado Ivo Som, pelo dia do repórter.

Memorando nº 007, de 24/02/14, do Deputado Jean Frank, justificando a sua ausência à Sessão do dia 18/02/14.

Ofício nº 002/14, de 24/02/14, da Deputada Aurelina Medeiros, para conhecimento do relatório Final do Workshop Legislativo.

Indicação s/n/14, de 24/02/14, do Deputado Brito Bezerra, de envio a esta Casa, em regime de urgência, do Projeto de lei revogando a Lei nº 883, de 28 de dezembro de 2012.

EXTERNOS:

Ofício nº 078/14, de 19/02/14, da Caixa Econômica Federal, informando Crédito de Recursos Financeiros, Orçamento Geral da União. A Fundação João Pinheiro, Minas Gerais, solicita algumas informações sobre o perfil dos representantes eleitos nas Assembleias legislativas de todos os Estados Brasileiros.

Ofício nº 11/14, de 20/02/14, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, informando que irá realizar a Contagem da população em 2015 e o Censo Agropecuário em 2016.

Ofício nº 179/2014, de 03/01/14, da Segurança Nacional de Segurança Pública, informando os Convênios celebrados em 2013.

- Era o que constava do Expediente.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas**: – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos Oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário **Chicão da Silveira**: – Proceda à chamada.

O Senhor Deputado Brito Bezerra: – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, imprensa, colaboradores desta Casa, meu cordial bom dia. Quero dar boas-vindas aos tecnólogos, engenheiros, arquitetos, veterinários, zootecnistas, técnicos em agropecuária, técnicos industriais, que estão aqui pleiteando seus direitos, lutando para que sejam reconhecidos como profissionais pelo governo do Estado e, certamente, contando com o apoio desta Casa Legislativa. Sejam todos bem-vindos.

- Senhor Presidente, continuo relatando para a sociedade roraimense a minha desenvoltura pleiteando a suspensão da instalação dessa placa eletrônica na frota veicular do nosso Estado, ou seja, do famoso chip que tem causado tanto repúdio na nossa sociedade. Eu tomei algumas providências após entender que a lei aprovada na Assembleia legislativa foi um engodo. Primeiro, porque a Mensagem Governamental foi tendenciosa quando, na sua justificativa, disse que seria um dispositivo antifurto, antirroubo, pois não é; segundo, a questão de impor, porque o DETRAN informou que aqui seria um projeto piloto, porque nós temos a menor frota do país, o que não é verdade, haja vista que a menor frota do país está no Estado do Amapá, segundo pesquisamos nos últimos anos; terceiro, não pode ser um projeto piloto porque é baseado num contrato de 47 milhões de reais, com duração de cinco anos, com uma empresa do Rio; quarto, existe, essa foi a minha substância jurídica, uma disparidade na lei aprovada nesta Casa Legislativa quando fala que: o índice de reajuste anual é o INPC, índice nacional de preços ao consumidor, e no contrato firmado entre o DETRAN e essa empresa CAJULL, do Rio de Janeiro, determina que esse índice seja reajustado pelo IGPM, índice geral de preços médios. Portanto, existe uma disparidade da lei com o contrato que é passível de anulação. Por isso, protocolei ontem, no DETRAN, um requerimento administrativo pedindo que o Presidente daquele órgão possa rever os seus atos e anular o processo por haver essa disparidade. Mas, em entrevista, ele disse que só mudaria se provocado judicialmente. Por conta disso, a minha assessoria jurídica preparou uma medida cautelar e inominada com antecipação de tutela. O que é isso? Uma medida cautelar para que, antes de julgar o mérito da questão, tendo como base essa disparidade no contrato, o Poder Judiciário determine ao DETRAN que suspenda a instalação desse Chip.

Portanto, está sendo protocolada no Tribunal de Justiça uma medida cautelar inominada para que o DETRAN/RR tome providências, reconhecendo o erro do contrato e, Senhoras e Senhores deputados, sociedade aqui presente, assumindo essa mea culpa de termos votado esse projeto aqui, na Assembleia, sem haver um debate com a sociedade, que alguns dizem que é tardia. Eu reconheço que deveríamos sim, ter feito esse debate antes, mas antes tarde do nunca. Estamos reconhecendo, humildemente, e tomando as providências necessárias.

- O Deputado **Chicão da Silveira** há pouco leu uma indicação, que dei entrada nesta Casa, solicitando ao Senhor Governador do Estado que envie a esta Casa, em regime de urgência, Projeto de Lei revogando a lei 883, de 28 de dezembro de 2012, que autorizou a cobrança, pelo Departamento Estadual de Trânsito de Roraima, da taxa para instalação de chip de monitoramento em veículos, por ser contrário ao interesse público e afrontar o princípio da

razoabilidade.

- Então, reconhecemos a nossa mea culpa, por isso, estou fazendo uma indicação e o Governador deveria ou deve, humildemente, mandar para esta Casa Legislativa um projeto de Lei para revogar essa lei absurda que nós aprovamos aqui. Os Senhores Deputados que estiverem presentes naquela Sessão sabem que não houve debate algum e isso está sendo cobrado pelos seus eleitores na rua, logo, devem também se sensibilizar a essa causa pedindo, aos deputados da base, ao Governador que envie com urgência esse projeto aqui para esta Casa Legislativa.

- Deputado **Jânio Xingú**, quero dizer a Vossa Excelência, que anda muito pelo interior do Estado, que esse chip ou essa placa eletrônica, seja lá como quer que chame, não deve ser instalada por não ter valia alguma para coibir roubos e furtos aqui no nosso Estado. Veja bem, será que um dispositivo instalado lá no Jundiá vai coibir roubos e furtos de carros aqui no nosso município, impedindo que sejam levados para qualquer outro município? Os condutores de Rorainópolis, por exemplo, e aqueles de São Luiz do Anauá, que vêm emplacar seus veículos, pagar 96 reais para quê? Qual a serventia? Isso se chama princípio da razoabilidade. Não existe razão para essa cobrança. Outra, não existe a devolução em benefício para a sociedade dessa taxa cobrada no valor absurdo de 96 reais. Volto a dizer, esse projeto foi aprovado nesta Casa sem discussão. Não estou falando em tom de crítica, mas sim para que nós, Deputados estaduais, reconheçamos o nosso erro aqui e voltemos a analisar esta lei. Revoguem, para que possamos discutir com a sociedade, até porque nós temos até junho de 2015, de acordo com a resolução do DENATRAN, ou seja, um ano e 6 meses praticamente para discutir aqui, nesta Casa, e aprovarmos uma lei num valor que atenda as necessidades, ou não aprovarmos lei alguma, já que não vai trazer benefício nenhum para a nossa sociedade.

- Portanto, peço às Vossas Excelências que sejam sensíveis a esta causa e vamos juntos trabalhar, porque se não for tomada uma medida administrativa pelo DETRAN, a cautelar via judicial vai acontecer. O Ministério Público, através da Defensoria de Defesa do Consumidor, do Doutor Ademir Teles, está também pleiteando um estudo profundo sobre o edital e a licitação que deu ganho a uma empresa do Rido de Janeiro no valor de 47 milhões que sairá do bolso do nosso contribuinte roraimense, que já paga a maior carga tributária do mundo.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Jânio Xingú**: – Deputado **Brito Bezerra**, na mesma linha do seu discurso é o meu pensamento. Eu já vinha falando há algum tempo que isso só vai beneficiar os donos da empresa que vão ganhar dinheiro e aqueles que estão interessados nas informações dos políticos, pois é ano eleitoral e eles vão saber onde está o seu carro, onde está o meu e, por incrível que pareça, o ex-presidente do DETRAN tem muito interesse nisso. Portanto, nós vamos levar essa questão à frente e se nada for feito, vamos falar umas coisas que vão assustar muito.

- Então, acredito que o Governador vai se sensibilizar com relação a essa questão, porque ela viola o direito individual das pessoas. Você tem um painel e nele há todas as placas dos carros e terá um operador desse painel que não é o Deputado Xingú que vai indicar, nem o Deputado Brito e nenhum Deputado aqui, acredito que não, e esse painel vai dizer o seguinte: o carro do Deputado Brito está lá na vicinal X, comunica a Polícia Federal para dar o flagrante nele lá.

- Carros dos Deputados Flamarion, Jalsler, Chagas estão na rua NX, no Pintolândia III, IV seja lá onde for.

- Portanto, é um projeto que não atende o interesse da sociedade, não atende o interesse de ninguém, atende apenas o interesse da empresa que irá ganhar muito dinheiro, bem como daqueles que irão obter informações e usá-las de forma indevida.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Jalsler Renier**: – Deputado Brito, primeiro quero dar bom-dia a Vossa Excelência e dizer da satisfação que tenho de apartea-lo. Deputado, baseado no Artigo 190 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, que normatiza os decretos legislativos, Vossa Excelência tem autonomia para entrar com um Projeto de Decreto Legislativo suspendendo todos os atos praticados pela instituição. Vossa Excelência, quando concluir o uso da tribuna, pode devidamente encaminhá-lo à sua assessoria para providenciarem esse Projeto de Decreto Legislativo, para depois apresentar em plenário, e aí ele passa a valer. Sei que tem menos força que uma lei, mas ele amortece qualquer tipo de procedimento feito por aquela autarquia. Então, Vossa Excelência tem direito legal de apresentar esse Decreto Legislativo, que seria a saída para o seu discurso.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** continua: – Agradeço o aparte de Vossa Excelência. Eu estudei bastante sobre o assunto e o Decreto Legislativo não resolve Deputado Jalsler Renier, apesar da boa intenção de Vossa Excelência e dos demais Deputados, porque ele não se sobrepõe à Lei.

O Senhor Deputado **Jalsler Renier**: – Mas ele suspende os atos administrativos praticados pelo DETRAN, ou seja, não se pode fazer

absolutamente nada, por conta do Decreto Legislativo. É o que está no Regimento Interno, Deputado.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra**: – Eu entendo que o Decreto Legislativo não se sobrepõe à lei, mas se resolver resolverá. Além dessas ações da cautelar via judicial, do Requerimento via administrativo. Eu já peço para o senhor João de Carvalho que providencie imediatamente, porque nós vamos assinar agora. Quero até levar em mãos porque o meu intuito é simplesmente suspender essa taxa abusiva que está aí, assolando a nossa sociedade e assaltando o bolso do nosso povo que já anda vazio por conta desta nossa economia fragilizada aqui no Estado. Portanto, é com esse sentimento que peço a sensibilidade de Vossas Excelências para que possamos aqui, nesta Casa Legislativa, todos nós, Deputados e Deputadas, reconhecer humildemente esse erro e sanar essa situação, trazendo para a sociedade roraimense esse benefício, pois fomos nós mesmos que, erroneamente, aprovamos. Obrigado, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

O Senhor Deputado **George Melo**: – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, senhoras e senhores presentes nesta Casa. Estou vindo a esta tribuna em virtude de uma matéria jornalística que, na quinta-feira, a Folha de Boa Vista publicou, na qual, o Deputado Flamarion Portela falou com todas as letras que alguns Deputados haviam procurado o Senador Romero Jucá. A denúncia é grave, alguns colegas me procuraram para saber dessa ida ao Senador Romero Jucá para buscar vinte milhões. Quero deixar registrado minha tranquilidade quanto a isso e dizer que, durante meu discurso, na semana passada, destaquei que entendia que a democracia é saudável quando os dois lados se confrontam, elogiei, inclusive, o Deputado Sampaio, o Deputado Brito e o Deputado Flamarion por suas manifestações, por entender que a oposição precisa ser atuante. Mas, Deputado Flamarion, na quinta-feira, na sexta-feira, no sábado e no domingo, meu telefone não parou de tocar devido a empresários me ligando. Vou citar nomes: um empresário do ramo da construção, o Ciariba e outros, preocupados com a eleição que se avizinha. Segundo eles, muito pior do que está acontecendo agora, foi quando o Deputado Flamarion foi Governador, porque nós não conseguíamos vender nada. Tinha uma empresa no bairro Pricumã chamada CARPO. Empresa do irmão do Deputado e ex-governador Flamarion Portela, que vendia de tudo para o governo e, ninguém mais conseguia vender nada. Sem falar nos canos que muitos desses empresários pegaram, porque muitos não receberam. Eu disse que isso era passado, mas diante das afirmações do Deputado Flamarion, não poderia deixar de vir aqui registrar meu descontentamento porque ele, por várias vezes, disse que não acredita nesse Governo, como eu também não acredito no PT Nacional. Agora Deputado Flamarion, se formos falar individualmente de pessoas aqui, acho que Vossa Excelência não é credenciada para falar não. Esses empresários me disseram que eu podia falar que eles assinariam embaixo. Passado é passado, mas na política as coisas voltam e não vou admitir que este Poder, eu, como Deputado, coloque em dúvida a minha conduta como parlamentar, pois nunca procurei o Senador Romero Jucá para pegar uma obra de vinte milhões. Por isso, não poderia deixar passar essa pendenga, porque tem muita gente que acredita em nós nesta cidade. Então, queria deixar registrado meu descontentamento com aquela matéria publicada na Folha, com relação aos Deputados, pois o que posso sentir, no mínimo, é repúdio por aquela matéria, porque aqui os vejo como homens de bem. Agora dizer que Deputado está atrás de alguém para pegar dinheiro, isso não vou aceitar. Hoje, estamos nos encaminhando para uma eleição e não vou permitir esse tipo de ação contra este Poder, a não ser que sejam nominados os Deputados. E, também, não posso deixar de registrar que o mesmo Deputado, que hoje fala dessas ações, quando foi Governador isso aconteceu e ele foi atacado. Inclusive, tenho afirmações de empresários e se for preciso iremos para o embate nesta Casa. Não tenho medo deste tipo de embate, sou um homem público e me elegi sempre sem me acovardar, muito menos com esse tipo de embate. Não vou me encolher nessa discussão que acho que não é saudável e, mesmo achando tudo o que acho, ainda acredito que não deveríamos partir para esse tipo de embate. Mas, diante das circunstâncias da matéria publicada na quinta-feira, na Folha de Boa Vista, não poderia me calar sobre essas mazelas que só vão contribuir para o nosso enfraquecimento. Eu não tenho nenhuma dúvida com relação a nossa atuação neste Parlamento. Se estiverem colocando em dúvida minha atuação, podem vir para cima que não vou me acovardar nessa discussão. Se aquela matéria tinha o intuito de me calar, não conseguiu, o debate aqui vai acontecer, vai se acirrar. Contudo, isso faz parte do sistema de Governo do qual fazemos parte, democracia, e não posso, de maneira nenhuma, aceitar que aquela matéria da Folha seja vista como verdadeira por todos os meus Pares. Esse é o registro que quero fazer na manhã de hoje, deixando registrado que se for por este caminho, nós vamos discutir nesta Casa sim. Talvez não tenha sido muito claro, não deixei por menos o que foi dito não, a forma

de me colocar é que achei que deveria ser um pouco mais respeitosa com este Parlamento. Mas, diante da declaração da Folha, não tiro uma vírgula do que falei aqui. E se continuar, a partir da semana que vem, o debate vai ser só esse nesta Casa. Esse é o meu papel de Parlamentar e não me encolho diante de nenhum tipo de ameaça. Quero dizer aos senhores que tenho tranquilidade, que minha vida pública sempre foi mantida da forma mais clara possível. E, quero deixar registrado no coração das pessoas que acreditam e trabalham comigo durante todos esses anos, que não apareci aqui de Deputado e ganhei uma eleição de quatro anos não, há dez anos que estou na vida pública. Fui Vereador por dez anos e inclusive a ação que me foi imputada, ganhei na justiça. Então, não vou aceitar de maneira nenhuma que minha imagem seja manchada, nem que seja por tabela, aqui não. Obrigado.

O Senhor Deputado **Ivo Som**: – Bom dia Senhor Presidente, Mesa Diretora desta Casa, Senhoras e Senhores Parlamentares deste ilustríssimo Poder Legislativo, minhas senhoras, meus senhores, funcionários desta Casa, aos quais fazemos jus o reconhecimento do funcionamento desta Casa por 24 horas, imprensa de modo geral, pessoas que lotam esse plenário lutando com dignidade pelos seus direitos democráticos. Esta Casa os recebe de braços abertos e podem contar com este Deputado que vos fala no que for necessário, porque sempre estarei pronto para ouvi-los e atendê-los. Já peço, de antemão, à presidência, para que vocês possam formar uma comissão, para que sejam recebidos pela Assembleia e pelos Deputados. Eu quero atender esse pedido de vocês que trabalham e sustentam suas famílias com o suor de seus rostos.

- Meu amigo, Presidente em exercício, Coronel Chagas, eu não ia entrar no debate hoje, devido ao que houve na semana passada aqui. Até conversei muito com o Deputado Flamarion, porque fiquei preocupado. Eu me pronunciei aqui, e está na mídia o que eu falei que iria esperar os Deputados chegarem de viagem para conversar com alguns deles. O Doutor Erci, a Deputada Aurelina, eu e outros Deputados, nos reunimos porque, quando saí da tribuna, fui procurado por toda a imprensa. Foram a meu gabinete pedir algum tipo de informação, perguntando se eu podia falar sobre o assunto, mas eu achei melhor estudar um pouco. De tanta pressão, na sexta-feira, minha assessoria ouviu o meu nome nos corredores, alguém dizendo que eu também participei dessa reunião barganhando obras e serviços não só no valor de vinte milhões, como está aqui no jornal, mas também de 50 milhões. E falei com Vossa Excelência sobre isso. E aí eu fui convidado para dar uma entrevista na Rádio Roraima. O telefone não parou de tocar um minuto sequer, pessoas me indagando, muitas pessoas me ligavam perguntando: E aí, Deputado, e a sua obra, e a sua indicação. Eu disse para eles irem ver se tem e me provem porque saiu o que eu falei na imprensa.

- E eu vou mais longe, perante esta sociedade que aqui está representando legitimamente o povo de Roraima, se alguém ou se qualquer Deputado disser que eu participei de alguma reunião falando sobre isso, eu renuncio o meu mandato de Deputado. Disseram até que eu liguei para o ex-Deputado Rodrigo Jucá chamando-o para vir aqui. Nem aqui eu estava, estava viajando. Eu fico preocupado, Deputado George Melo, Vossa Excelência está de parabéns pela sua coragem porque as notícias dos jornais são muito graves. O Deputado Flamarion contestou apenas o que disse Vossa Excelência sobre o PT. Vou ler o que saiu no Jornal Folha de Boa Vista: “O clima tenso esquentou nesta quinta-feira nos debates entre Flamarion, PTC, e George Melo, PSDC. O próprio Deputado Flamarion disse que não só o Governo do PT ajuda Roraima, como só este ano, em 40 dias a União já liberou algo em torno de 400 milhões para obras com recursos do PAC para Roraima”. Não se pode dizer que o Governo do PT não ajuda Roraima. Só este ano foram 240 milhões para esgotamento sanitário; mais 130 milhões destinados à infraestrutura; 65 milhões para a parte elétrica; a fundo perdido que o Governo não entra com nenhum centavo. E afirmou o Deputado Flamarion: “Em meio a sua fala, Flamarion afirmou que Deputados Estaduais teriam procurado o Senador Romero Jucá para negociar obras de 20 milhões de reais, inclusive, indicando as empresas e os laranjas”. Eu confesso a vocês que fiquei preocupado, porque se pelo menos eu tivesse participado da reunião estaria tranquilo, não iria usar a tribuna. Eu queria saber onde entrava a minha parte na empresa que eu indiquei. Eu não sou doido, não sofro de amnésia. Isso foi muito grave.

- Eu quero dizer que esta Casa é democrática. Sempre disse aqui que vou me pautar justamente nas discussões. Eu não posso falar nem pelo Deputado George Melo, muito menos pelo Deputado Flamarion, pois não tenho procuração para isso. Eu falo por mim. Eu faço um desafio, se algum Deputado, algum assessor, algum empreiteiro, algum servidor público, ou alguma pessoa ligada a mim, disser que participei dessa reunião, redijo um documento de renúncia e assino, quero que isso fique registrado. Se provarem, faço aqui um desafio, até porque não sou melhor do que nenhum Deputado. Agora o ruim é quando você não participa de uma reunião e, seu nome é incluído na história e é avacalhado. Quero dizer que os ânimos, com

certeza, vão se exaltar este ano, por tratar-se de um ano eleitoral. E, pegando um pequeno gancho no que disse o Deputado Brito, destaco que Vossa Excelência está de parabéns, pois esse chip não só inferviza o senhor, mas a mim também. Nesse final de semana tive até que sair da Cidade, fui a um banho de um amigo meu, mas lá foi pior, porque todo mundo me perguntava pelo tal do chip, dizendo que não vão mais nem poder sair de casa, pois serão filmados igual no big brother, vinte e quatro horas. Fui falar com o diretor do DETRAN também, por isso lhe dou os parabéns por seu pronunciamento. Se eu tiver que elogiar a atuação de um Parlamentar da situação ou da oposição, vou elogiar sem o menor problema, e esse Parlamentar vai ter meu reconhecimento, pois sempre digo que somos da base do governo, todos sabem da minha lealdade, mas lealdade é diferente de puxa-saco ou pau mandado do governo. Sempre falo isso porque, graças a Deus, não tenho dúvida da união da bancada do governo. Agora, envolver o nome da gente em histórias que não aconteceram, isso eu não aceito. Se a gente participar de alguma reunião ou qualquer outra coisa, vamos assumir e pronto. Quero aqui, mais uma vez, dizer que está feito o desafio, se provarem que participei dessa reunião, renuncio meu mandato. Fui procurado por pessoas da imprensa que queriam saber se houve essa reunião e se eu participei dela. Eu disse a eles que só me pronunciaria nesta tribuna. E, para encerrar gostaria de pedir à Mesa Diretora que receba uma comissão de servidores que se encontram no Plenário, haja vista que estão pleiteando seus direitos. Obrigado.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela**: – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, queria cumprimentar e parabenizar todos os profissionais da área tecnológica, os quais, com certeza, podem contar conosco, pois acredito que a luta de vocês é completamente justa. Parabéns a todos. Hoje, minha finalidade em ocupar a tribuna é graças a um assunto muito delicado. Vou procurar ser breve para depois ter tempo para comentar o pronunciamento do Deputado George Melo. Deputado Jalsner Renier, nós temos assistido aqui, repetidas vezes, essa questão do nosso duodécimo e a discussão só piora. E, como dizia nossa vozozinha, é como a cantiga da perua: “só pior, pior, pior”. Fiz aqui uma retrospectiva com dados do SIAF, Secretaria do Tesouro Nacional, dados irrefutáveis, inquestionáveis. Vou começar pelo mês de agosto, Deputado Jalsner Renier, quando o Estado recebeu R\$ 133.530 de FPE. Já em setembro esse valor caiu bastante e o Estado recebeu R\$ 110.500. Em outubro, também recebeu R\$ 110.500, em novembro foi para R\$ 153 milhões e em dezembro chegou a R\$ 158 milhões de reais. Como os Senhores podem perceber, dezembro é um mês de boa receita, o montante chegou a R\$ 158 milhões de reais de FPE, mas o Governo vem atrasando o nosso duodécimo desde o mês de setembro. Agora vamos a janeiro, estão aqui os dados de janeiro, sabe quanto de FPE esse Estado recebeu em janeiro senhoras e senhores? R\$ 189.502. Mesmo assim, Deputado Zé Reinaldo, o governo atrasou nosso duodécimo que é constitucional. Sabe quanto o Estado de Roraima recebeu nos primeiros dias do mês de fevereiro, Volneyzinho? Recebeu R\$ 148 milhões de reais nos dez primeiros dias. Agora, no dia vinte, veio R\$ 10.800. Portanto, em fevereiro, nos vinte primeiros dias do mês, o Estado já recebeu R\$ 158.861. Quem acompanha isso sabe que há sazonalidade na transferência do FPE e que no mês de fevereiro, historicamente, nos últimos anos, aconteceu o maior repasse de FPE e FPM. Então, como é que nos primeiros vinte dias nós já recebemos mais do que no mês de dezembro inteiro e a Assembleia recebe só e somente só sessenta por cento do seu duodécimo. Eu tive a curiosidade de procurar saber dos Presidentes dos outros órgãos e descobri que eles receberam setenta e cinco por cento do seu duodécimo, até aí há discriminação com este Poder, Deputado Chagas. Por que os outros poderes recebem setenta e cinco por cento e a Assembleia só recebe sessenta por cento? Deputados que deveriam receber seu décimo terceiro até o dia vinte e cinco de dezembro, Deputados e servidores deste Poder, só receberam o décimo terceiro salário, se não me engano, no dia treze de janeiro. E, só vamos receber aquilo que temos direito ainda lá pelo dia vinte de março. Aí pergunto e deixo essa interrogação na cabeça de cada um: se no mês de fevereiro historicamente temos a maior arrecadação de FPE, imaginem o que irá acontecer em março, em abril, que há uma queda desse FPE. Nós vamos ficar sem receber nosso salário? Vamos fechar o Poder Legislativo? Vamos deixar os outros poderes absolutamente sem condições de funcionalidade e sem dar uma resposta à sociedade? Isso é algo muito preocupante. Este Poder tem que tomar uma posição, tem que se manifestar, tem que tomar uma providência. Não dá! Não estamos falando aqui de uma lei não, estamos falando de um mandamento constitucional, porque isso é constitucional. No Brasil, existe a cultura de dizermos que essa Lei pegou, ou essa Lei não pegou, portanto, mais que constitucional, o duodécimo dos poderes é cultural, a República sempre fez, os Estados e os Municípios sempre fizeram, mas infelizmente aqui, em Roraima, a coisa está se repetindo. Já vamos para o sexto mês consecutivo sem a integralidade do nosso duodécimo. Então, trago essa

preocupação para a tribuna de modo que os Senhores Deputados possam refletir sobre isso para decidirem o que este Poder, enquanto Instituição independente, pode fazer.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Brito Bezerra**: – Parabenizo Vossa Excelência por trazer esse assunto à tribuna desta Casa. Realmente o duodécimo é constitucional, portanto o Poder Executivo tem obrigação de repassá-lo aos Poderes, ao Ministério Público, mas não o faz e o pior, Deputado Flamarion, é que esta Casa não toma providência nenhuma. Nós podemos pedir, através da Mesa Diretora, o bloqueio das contas do Estado por não estar cumprindo a Lei, ao deixar de repassar o duodécimo a esta Casa. Mas nós, de maneira pacata, aceitamos. Quando digo nós, refiro-me à Assembleia Legislativa. No entanto, nós, Deputados da oposição, não fazemos parte da Mesa Diretora que deveria pedir, Senhor Presidente, o bloqueio das contas do Estado. Se esse Governo não respeita o Poder Legislativo, que é o maior poder deste Estado, pois não é o Executivo, não é o judiciário, ele não respeita os demais quando não passa o duodécimo que é constitucional. Imagina esses profissionais que aqui estão, desde setembro do ano passado, pleiteando reuniões, e o governo prometendo, prometendo. O Senhor Governador vai sair do Governo e não vai atender uma demanda justa do setor tecnológico. Imaginem o que passam os empresários que prestam serviços a este Estado quando terminam uma obra, o que passam para receber, porque o Governo não honra sequer um compromisso constitucional. Portanto, fica aqui também esse meu sentimento, sentimento de que devemos tomar providências e pedir, provocar o judiciário o bloqueio dessas contas, porque existem recursos e o governo não repassa. A quem ele está priorizando? Se ele não está cumprindo a lei, como ele está utilizando esses recursos? Então, nós devemos tomar providências. Deixo aqui, para a Mesa Diretora, esse meu sentimento e essa minha provocação para tomarmos providências, pedindo o bloqueio para que esse Governo cumpra a constituição e cumpra também os acordos com os profissionais que são a musculatura institucional desse Governo, pois sem bons profissionais não existe a boa administração. Obrigado.

O Senhor Deputado Flamarion Portela continua: – Obrigado, Deputado Brito. Gostaria só de acrescentar que não justifica a falta de dinheiro.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Mecias de Jesus**: – Deputado Flamarion, Vossa Excelência mais uma vez faz um pronunciamento balizado e cheio de razões. A Constituição Federal diz que os poderes são independentes e harmônicos entre si. Mas isso não é verdade, tanto não é verdade que são independentes e que quem tem a chave do cofre é o Poder Executivo, que paga a quem quiser, mandou sessenta por cento para a Assembleia Legislativa e setenta e cinco por cento para o Judiciário. Nem o Judiciário, que deveria ter recebido seu duodécimo completo, como também a Assembleia e o Ministério Público, recebeu, então, onde está a harmonia, a independência? O Poder Executivo tem a chave do cofre e o Poder Judiciário, segundo dizem os filósofos, tem a chave da cadeia e o Poder Legislativo tem que ficar aqui se debatendo o tempo todo, porque precisa de voto de quatro em quatro anos. Mas esta é a Casa do povo e nossa obrigação aqui é defender a sociedade. Vossa Excelência alerta mais uma vez a esta Casa que faça seu papel. A Assembleia Legislativa, como um todo, pode ainda se juntar ao Ministério Público, como fiscal das leis, e a outros órgãos, para juntos tomarmos providências com relação a isso. Deixo um alerta aos amigos engenheiros, arquitetos, técnicos agrícolas, que estão aqui e que merecem nosso apoio e nosso respeito, pois também são discriminados nas leis. Temos lei que prevê aumento para algumas classes sociais, mas não prevê para outras, acho que a lei tem que ser justa para todos. Parabéns.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** continua: – Obrigado, Deputado Mecias. Agora vou me dirigir ao Deputado George Melo. Nós estamos falando aqui de falta de dinheiro. Vou olhar nos seus olhos: o senhor conhece a Construeletra que recebeu quatrocentos mil reais, por influência de Vossa Excelência, no mês de dezembro, e mais quatrocentos mil reais no mês de janeiro, totalizando oitocentos mil reais, que faltou para o resto, mas foi atendido o pleito do líder George Melo, ou Vossa Excelência não conhece a Construeletra? Responda, responda Deputado George Melo.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **George Melo**: – Vossa Excelência não acha que a pessoa que executou o serviço tem o direito de receber?

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** continua: – Acho que tem que receber sim, mas por que não pagam a todos os que têm esse direito? Só tem direito o que o Senhor pede?

Aparte concedido ao Senhor Deputado George Melo: – Então aguarde a próxima Sessão que vou trazer coisas muito mais vergonhosas do que isso.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** continua: – Está certo, é legítimo, o que não vou, Deputado George, é ficar todo dia me trocando com o senhor; não quero e não vou fazer isso. Só estou aproveitando o mote da falta de dinheiro para mostrar que não falta dinheiro para tudo, tem dinheiro

quando quer ter e beneficia a quem quer beneficiar.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **George Melo**: – Nós que vivemos em Roraima conhecemos muitos empreiteiros, a família do Buri conheço há muito tempo, como conheço outros também e, inclusive, ele faz parte do seio da minha família. Agora, não entendo o que o senhor vê de podre por trás disso.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** continua: – O vergonhoso é que não manda para os poderes, mas paga a quem Vossa Excelência pede, tamanho é o seu prestígio.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **George Melo**: – Vossa Excelência acha que não pedi pela Casa? Pedi, mas não veio. Ora, se meu pedido resolvesse todos os problemas do Estado, eu pediria para todas as empresas de Roraima.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** continua: – Mas seu pedido foi direcionado à Construeletro, então o prestígio de Vossa Excelência foi direcionado para uma só empresa.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **George Melo**: – De mais de trinta pedidos fui atendido em um, e não vejo nenhum demérito nisso não.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** continua: – Não é demérito não, pelo contrário, é prestígio. Obrigado.

O Senhor Deputado **Zé Reinaldo**: – Bom dia a todos e a todas. Quero cumprimentar os Senhores Deputados, cumprimentar a todos, na pessoa do Deputado Mecias de Jesus, cumprimentar a Deputada Aurelina e, em seu nome das Deputadas, cumprimentar a imprensa presente, os servidores desta Casa, o corpo técnico, os engenheiros, os zootecnistas, os veterinários, os técnicos agrícolas, os técnicos industriais, enfim, todos os que aqui estão, em busca dos seus direitos. E, esse cumprimento eu quero fazer em nome do meu sobrinho, Vinícius Seabra, que faz parte dessa equipe, desejando a todos que possam, da melhor maneira possível, encontrar o equilíbrio na busca do direito adquirido que vocês estão pleiteando. Acredito que esta Casa nunca, em nenhum outro momento, se furtou a apoiar os nossos servidores. Então, aqui nós estamos de braços abertos para ouvi-los, discutir com vocês aquilo que realmente é o melhor para a nossa sociedade e hoje, especificamente, para vocês que se encontram na nossa plateia.

- Deputado **Jalser Renier**, Vossa Excelência hoje está na Mesa Diretora dirigindo os trabalhos. Em seu nome quero usar esta Tribuna, primeiramente para parabenizar esta Casa, pois esta semana tive o privilégio de conduzir os trabalhos em um evento onde podemos dizer que o Poder Legislativo vai além de sua responsabilidade, que é realmente defender os interesses do povo de Roraima e dar equilíbrio aos Poderes. Tivemos um workshop aqui, na quinta-feira, e fiz a abertura do evento, no qual este Poder, por meio do Centro de Apoio às Câmaras, realizou esse evento para Vereadores, Secretários, Prefeitos e Vice-Prefeitos, assessores, onde foi discutido e levado para os Municípios, informações sobre o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a lei Orçamentária Anual e o Controle Interno. Essas palestras, Senhor Presidente, foram realizadas por técnicos da Assembleia Legislativa, pelo Newton Leite, pelo Francivaldo de Sousa Lima. E, para concluir o evento, a palestra sobre o Plano Diretor, realizada pelo vereador de Manaus, Elias Emanuel.

- Então, eu quero parabenizar esta Casa por ter colocado em prática, na gestão do presidente Chico Guerra, de Vossa Excelência, Deputado Jalser, e também da Vice-presidente, Deputada Aurelina, esse trabalho de capacitação e de extrema relevância para as prefeituras do interior, que muito necessitam de apoio e suporte. Acredito que o Poder Legislativo está avançando na prestação de serviços a nossa sociedade, oferecendo os serviços do PROCON, do CHAME, da ESCOLEGIS, ofertando bons cursos e do CAC, voltado ao trabalho de assessoramento legislativo e jurídico às câmaras e prefeituras. Então, essa é uma atitude louvável da Mesa Diretora, buscando levar conhecimento àqueles que representam o povo do nosso Estado, que geralmente são os mais procurados, ou seja, os Vereadores e Prefeitos dos municípios, que nem sempre têm as informações necessárias para fazerem uma boa gestão, pois basta olharmos as estatísticas para sabermos quantos presidentes de Câmaras, quantos prefeitos hoje estão ilegíveis por falta de informação. Por isso, parabenizo o Poder Legislativo que atua hoje levando essa informação, em nome do Dr. João de Carvalho, do Fernando Héder e de toda a equipe que participou desse evento, por essa ação.

- Também quero aproveitar esse momento para ressaltar o que dizia um grande cientista político a respeito dos direitos do ser humano. Voltei a esta Casa a menos de sessenta dias, Deus me deu essa oportunidade, pois já tive um mandato e fiquei três anos fora para entender melhor o que dizia Maquiavel no livro o Príncipe: “É preciso que o rei conheça a alma do povo e por sua vez o povo conheça a alma do príncipe”. Ou seja, nós precisamos entender as necessidades das pessoas. Quando cheguei nesta Casa, havia um rosário de instituições em busca de seus direitos, das suas valorizações salariais e hoje estamos vendo todos

esses técnicos que aqui estão. Então, se Deus me deu essa oportunidade é para que eu possa participar desses debates que são importantes para o Poder Legislativo, que dão o equilíbrio entre o Poder Legislativo e o Executivo. Esta Casa, irresponsavelmente, vem sendo atacada por pessoas que querem denegrir sua imagem. Porém, não vão conseguir. Alguns já estiveram aqui, fizeram todas as atrocidades possíveis e hoje vão aos jornais mostrar o que não são. Como um espelho que na verdade é o espelho da bruxa, onde só ela pode se ver, porque o espelho da clareza não é mostrado para pessoas com atitudes desonestas, ilegais, imorais e irresponsáveis. Não podemos permitir que o Poder Legislativo sofra algumas influências de atos que não são respeitados. Não podemos ser atacados de forma alguma, como fomos recentemente pelo presidente do SENAR, que já foi presidente desta Casa, cujos mandatos que teve conseguiu por pura sorte. Então, esta Casa não pode deixar, de forma alguma, que alguém ataque este Poder. Temos que defender quem está do lado de lá esperando resposta do nosso trabalho. Portanto, temos que estar do lado das categorias, não aceitando que qualquer um, que amanhã desejará estar na mesma condição, fique com demagogia lá fora.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **George Melo**: – Deputado Zé Reinaldo, isso me entristece muito, porque uma dessas pessoas, o ex-Deputado Almir Sá, também se utilizou desse expediente, e o meu partido se sentiu extremamente atingido, pois nós entendemos que os colegas desta Casa são Deputados Estaduais, trabalhadores que merecem a confiança do povo, mas ultimamente temos ouvido alguns questionamentos por parte do ex-Deputado Almir Sá. E, esses questionamentos estão inflados, passando para a população que nós estamos aqui cheios de dinheiro, enquanto a população está sem direito. Isso não é verdade, este Estado é novo, ainda está se estruturando e de demagogia a população está cheia. Então, eu quero deixar registrado que o nosso partido não concorda com isso, nosso partido vai tomar providências. Estive conversando com Roberto Lopes e ele me colocou, claramente, a sua indignação com relação às colocações do ex-Deputado Almir Sá. Desde já, colaborando com sua fala, quero tranquilizá-los, pois o partido está tomando providências e não vamos permitir que colegas que estão sem mandato venham atingir os que entendem que o momento é propício para que esse tipo de informação possa ser acentuada no período de campanha. Quero parabenizá-lo por sua fala e dizer que são muito importantes suas colocações, para que possamos viver esse momento de campanha com inteiro respeito de ambas as partes.

O Senhor Deputado **Zé Reinaldo** continua: – Nós não podemos, de forma alguma, ficar sofrendo influências externas, quando os poderes deveriam ser harmônicos. Foi dito aqui e com o devido respeito, cada um no seu devido lugar. Neste momento, aproveitando a presença do Doutor Leocádio Vasconcelos, vou falar dessa matéria e me associar ao senhor por conta do ataque irresponsável que estão fazendo ao seu trabalho, a sua conduta e ao prestígio que adquiriu. O senhor pediu afastamento da Secretaria de Saúde para responder pessoalmente às denúncias, outro ataque ao órgão de controle. Esta Casa também se associa a Vossa Excelência em relação ao ataque que está sofrendo e posso dizer que estamos discutindo essa matéria, o senhor já esteve várias vezes aqui, às vezes concordando, outras discordando. Agora, não podemos deixar que alguém que está fazendo um trabalho sério, honesto, seja injustiçado, e se houve alguém que fez errado que pague pelos erros que cometeu. Estamos procurando trabalhar seriamente como o senhor está fazendo, portanto, sintam-se abraçados e com o nosso sentimento de apoio. Já dizia um poeta: “como podemos dizer que temos pátria, se não temos direito de um metro quadrado dela”. O que buscamos hoje é fazer com que sejam corrigidos os erros e como podemos fazer para corrigir as irregularidades? Não podemos travar o Estado, porque tem pai de família precisando de seu documento, precisando de empréstimo, precisando produzir e nós não podemos deixar de ter essa condição, porque terra é para fazer o que disse o Presidente Rousevelt: “se um dia os campos desaparecerem e as cidades permanecerem, elas se acabaram, mas se as cidades desaparecerem e os campos permanecerem, eles se ergueram”. Então, não podemos deixar, Deputado Brito, de dar esse apoio. Sei que Vossa Excelência tem seu posicionamento, usa seu nome não para bancar de Batman e sim para mostrar que o errado tem que ser corrigido, mas podemos fazer isso de forma responsável.

- Hoje, o Brasil vive essa semana histórica para o setor econômico nacional, em razão de estarmos comemorando os 20 anos de implantação do plano real, em fevereiro de 94. Sinto-me, Senhoras e Senhores parlamentares e amigos, orgulhoso pelo fato dessa ação ser efetivada por um integrante do partido do qual tenho orgulho de pertencer, que é o PSDB, na pessoa do Fernando Henrique Cardoso, à época Ministro da Fazenda. E o principal objetivo naquele momento era conter a inflação, pois os preços dos produtos subiam até 80% ao mês. E acredite, a economia estava totalmente desequilibrada e a inflação atingia um absurdo de 2.490,99 % ao ano, antes

da implantação do plano. Medidas de controle dos gastos público foram adotadas, aumento das taxas de juros, o plano real derrubou a inflação para 8,64 %, em 99, ou seja, em menos de seis anos de funcionamento. Fernando Henrique contou, na época, com o auxílio de uma banca de economistas formada por Pedro Malan, Gustavo Franco, Pércio Ariada, Clóvis Carvalho e André Lara Rezende. Senhores, esta é uma clara demonstração de que o partido do qual faço parte, juntamente com a Deputada Aurelina Medeiros que está presidindo esta Casa até o retorno do Deputado Chico Guerra, tem o compromisso voltado para as questões que estão ligadas diretamente à sociedade e requerem uma resposta rápida, a exemplo dessa atitude de colocarmos a nossa própria Casa em ordem. O Brasil, hoje, tem um prestígio, um reconhecimento internacional e uma credibilidade que começou há 20 anos. Portanto, parabéns por esses 20 anos, em que parte importante da história pertence ao ex-Presidente Fernando Henrique que foi um dos idealizadores deste plano num contexto histórico. No entanto, a aprovação do plano, no Congresso, não foi fácil e recebeu, na época, forte oposição do PT. O PSDB considera o mês de fevereiro como marco para o plano real, época em que foi editada, há 20 anos, a medida provisória que instituiu a URV – Unidade Real de Valor, que deu o pontapé nas mudanças. Portanto, em nome do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, e em nome de todo o partido PSDB, quero parabenizar esta grande nação. O PT só é o que é hoje porque o PSDB preparou o alicerce para o crescimento.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Ivo Som**: - Obrigado, Deputado Zé Reinaldo, pelo aparte concedido.

- Quero fazer jus ao trabalho do PSDB, na época do então Ministro da Fazenda e depois presidente por duas vezes, Fernando Henrique. Nós tivemos conhecimento, no que diz respeito a quererem difamar o grande amigo e parceiro Roberto Lopes do PSDC, de conversas para tentar denegrir sua imagem. Quero aqui, de público, dizer que me senti orgulho quando participei da coligação junto com o Roberto Lopes, no PSDC, PRTB do Coronel Chagas, PR do Remídio Monai, no qual fizemos coligação de amigos e parceiros e tudo foi cumprido conforme orientado pelo coronel Chagas e pelo Roberto Lopes, e não tenho dúvida que, acima de tudo, mesmo não sendo eleito vereador naquela coligação, tudo correu na tranquilidade. Respeito o Roberto Lopes sempre dentro da ética, da moral do seu partido, frente ao qual está até hoje. Então, sou solidário ao Roberto Lopes e quero dizer a Vossa Excelência que vai tão além do meu pronunciamento o reconhecimento do grande trabalho que fez como Secretário de Saúde, na Secretaria de Finanças, na SEFAZ, e hoje, presidindo o ITERAIMA, pelo grande compromisso, lealdade, respeito e dignidade que tem o Leocádio Vasconcelos. Sua pessoa está acima de cargo, pois sempre busca zelar pelo patrimônio público como se fosse sua casa e sua família. Parabéns pelo reconhecimento e que Deus abençoe Vossa Excelência.

O Senhor Deputado **Zé Reinaldo** continua: - Senhor Presidente, quero usar uma frase que disse Nelson Mandela há muito tempo. Para que o Governador Anchieta se torne o Governador que o tempo irá marcar, ele só precisa resolver o problema dos técnicos que hoje aqui estão, porque os de todas as outras categorias já foram resolvidos. Só assim ele ficará marcado como o governo que entendeu as necessidades. Nelson Mandela disse o que nós queremos dizer: “tudo é possível que aconteça até que as coisas aconteçam” e com certeza elas acontecerão. Parabéns, a luta continua, e vamos em frente. Obrigado.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas**: - Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Requerimento nº 17, “Solicitando prorrogação de prazo por igual período da Comissão Especial Externa, criada por meio da Resolução nº 007/13, Alterada pela Resolução 015/13”, de autoria do Deputado Brito Bezerra.

O Senhor Primeiro Secretário **Jalser Renier** lê o Requerimento.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas**: - Coloco em discussão o Requerimento nº 17. Não havendo quem queira discuti-lo, coloco-o em votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão. Dou por aprovado o Requerimento.

- Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura de Resoluções criando Comissões Especiais nesta Casa.

O Senhor Primeiro Secretário **Jalser Renier**: - Resolução nº 04/14, que cria a Comissão Especial Interna com a finalidade de analisar e emitir parecer à proposta de Emenda à Constituição nº 09/13; Resolução nº 05/14, que cria a Comissão Especial Interna com a finalidade de analisar e emitir parecer à proposta de Emenda à Constituição nº 01/13; Resolução nº 06/14, que cria a Comissão Especial Externa com a finalidade de analisar e emitir parecer ao Projeto de Lei nº 09/14; Resolução nº 07/14, que cria a Comissão Especial Externa com a finalidade de analisar a indicação da Senhora Antônia Vieira dos Santos, para exercer o cargo de Reitora da Fundação Universidade Virtual do Estado de Roraima – UNIVIRR, e sabatiná-la; Resolução nº 08/14, que cria a Comissão Especial Externa com a finalidade de analisar a indicação do Senhor Orlando Martins

Júnior, para exercer o cargo de Diretor Presidente da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado de Roraima – ARES, e sabatiná-lo; Resolução nº 09/14, que cria a Comissão Especial Interna com a finalidade de analisar e emitir parecer à proposta de Emenda à Constituição nº 02/13; Resolução nº 10/14, que cria a Comissão Especial Externa com a finalidade de analisar a indicação da Senhora Terezinha Costa Gonçalves, para exercer o cargo de Diretora Executiva de Regulação de Serviços Públicos da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado de Roraima – ARES, e sabatiná-la.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** pede Questão de Ordem: - Senhor Presidente, quero levantar um questionamento. Nós entendemos a importância das Comissões Especiais, mas elas, a princípio, são exceções, não podem ser regra. Tratando-se de uma PEC, ou de uma matéria de urgência enviada pelo Governo ao plenário, nós compreendemos. Por exemplo, sobre essa Comissão Especial que trata da lei de terras, uma questão emblemática que nós temos no Estado, que não foi resolvida ainda, neste momento nós temos judicializado toda a questão fundiária de Roraima. O último fato foi o pedido do Ministério Público Federal de afastamento do Presidente do ITERAIMA. Essa proposta já veio aqui umas duas ou três vezes, houve pressão por parte do Governo, assim como por parte da sociedade também, e o Governo querendo que vote o quanto antes, e me parece que há um esforço concentrado dentro do Governo para votar ainda neste exercício, que tem previsão para sair dia 4 de abril, retirou a proposta e mandou de volta (...) Uma lei de extrema relevância para o Estado de Roraima. Eu acho que não teremos uma lei de igual importância para a sociedade Roraimense em toda esta legislatura, e nós votamos essa lei na Comissão Especial, ela podendo passar nas Comissões normais, como por exemplo na CCJ que precisa de uma análise profunda, ir para a Comissão de Terras, e nós ouvimos quem tem que ser ouvido. Eu, de antemão, até pelo aprendizado que nós estamos tendo nesta Casa de, às vezes, votar lei com boa vontade e causar uma incompreensão por parte da sociedade, até um descontentamento como foi a lei dos chips que esta Casa votou a toque de caixa, sem gerar a discussão devida, e fica o Poder vulnerável. Esta lei das terras não será diferente, tem mil interesses, inclusive interesses escusos que querem abafar e colocar para debaixo do tapete, ou seja, as mazelas feitas nas terras de Roraima. Não sei se vou conseguir reverter o posicionamento da Mesa e fazer com que este Projeto passe em todas as Comissões, já que ele não veio em regime de urgência, mas este é o nosso pedido. E se eu não conseguir reverter, já acionei a FETAG e todos os movimentos ligados ao setor agrícola para não aceitarem a votação dessa lei sem as devidas discussões, porque o que nós queremos é que a sociedade seja ouvida, que façamos audiência pública, mas me parece que esta não é a vontade do Governo. Isso tem que ser aprovado do a quem doer, antes que o Governador José de Anchieta entregue o cargo em 4 de abril. Muito obrigado!

O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** pede Questão de Ordem: - Eu vi duas Comissões sendo criadas para analisar os nomes da Senhora Terezinha e do Senhor Orlando. Por se tratar do mesmo tema, acho desnecessário duas Comissões para ouvir duas pessoas que vão trabalhar na mesma empresa, ou seja, poderia ser só uma Comissão, pois assim teriam mais tempo para estudar melhor essas duas pessoas, podendo fazer um mix, com um número maior de Membros, 8 ou 9. Nesse caso ouve a liderança do Governo e da oposição para saber quem vai compor a Comissão que será um pouco maior.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas**: - Deputado Mecias, sua visão é pertinente. Nós podemos fazer uma composição nas Comissões e há interesse dos Deputados em participar. Vamos ver se fazemos essa composição.

- Com relação à Questão de Ordem do Deputado Sampaio, concordo plenamente. Essa também é a posição desta Casa e dos Deputados deste Poder de discutir isso profundamente. Esta lei das terras vem sendo discutida, há uma PEC que também trata de um assunto relacionado a terra, por isso foi criada esta Comissão que aproveitou os membros da Comissão anterior. Se não me falha a memória, o Deputado Ionilson faz parte dessa Comissão, e os Deputados que estavam na Comissão anterior estão nesta Comissão também. Tenho certeza que isso vai ser discutido profundamente.

O Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** pede Questão de Ordem: - Os membros da Comissão foram renomeados, hoje são os Deputados: Brito Bezerra, Erci de Moraes, Gabriel Picanço, Mecias de Jesus, Naldo e Zé Reinaldo. Ainda falta escolhermos o novo Presidente e o Relator.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas**: - Então, esta Comissão foi discutida entre o líder do Governo e a oposição. Deputado Sampaio eu também tenho preocupação com relação a isso, e todos os Deputados comungam disso. No âmbito da Comissão vai ser discutido profundamente. Vossa Excelência, que é um Deputado atuante, vai ter essa oportunidade, podendo participar das reuniões da Comissão, assim como os demais Deputados que compõem a

oposição e que foram indicados pelo líder, o Deputado Brito Bezerra.

O Senhor Primeiro Secretário **Jalser Renier**: – Quero fazer uma observação com relação às colocações do Deputado Mecias. Então, fica o entendimento entre os líderes de oposição e do Governo, de passarem os nomes para que possamos fazer a Comissão da Agência Reguladora. O Deputado Mecias sugeriu que somente uma Comissão analisasse as duas pessoas, a partir da data em que a Comissão se formar e convidar, porque são duas Diretorias e, no entendimento do Deputado Mecias, uma só Comissão pode analisar as duas.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** pede Questão de Ordem: – Nós já indicamos dois nomes para fazerem parte da Comissão que analisará os nomes dos indicados para fazerem parte da Agência Reguladora.

- Sobre a questão das terras, nós temos uma Comissão pré-definida, que foi revalidada. Pela proporcionalidade, nós estamos contemplados na Resolução, mas queremos pleitear a presidência, já que tem uma presidência e uma Relatoria. Por que a Presidência não fica para a oposição, já que a Relatoria está definida com o Deputado que tem estudado exaustivamente esta lei, que é o Deputado Ionilson Sampaio, e para a Presidência nós indicamos o Deputado Sampaio?

O Senhor Presidente **Coronel Chagas**: – A composição das Comissões é acordo da base e da oposição, de acordo com a proporcionalidade das bancadas. A Mesa Diretora não interfere na escolha dos nomes nas Comissões, até por que diz respeito à Comissão. Eu acredito que a Comissão está composta por Deputados que têm conhecimento de causa e vão saber escolher o nome mais indicado.

- Passaremos para Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço**: - Convido os membros da Comissão de Agricultura para uma reunião no período da tarde, na sala de reuniões.

O Senhor Presidente, Deputado **Coronel Chagas**: - Não havendo mais nenhum Deputado que queira fazer uso das Explicações Pessoais e, não havendo mais nada a tratar, encerro a presente Sessão, convocando outra para o dia 26, à hora regimental. Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Ângela Á. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Ivo Som, Jean Frank, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Remídio Monai, Soldado Sampaio e Zé Reinaldo.**

Aprovada Ata Sucinta em: 26/02/2014

COMISSÕES - OUTRAS PUBLICAÇÕES

SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA
 DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES
 GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES
COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
TERMO DE REUNIÃO Nº 001/14

No dia 11 (onze) de março de 2014 (dois mil e quatorze) a reunião desta Comissão, convocada nos termos do Edital nº 001/2014, em razão da falta de quórum regimental, foi transformada em um encontro pelo Presidente desta Comissão. O objetivo desta reunião consistia na deliberação das seguintes matérias: Discussão das políticas implementadas no Estado de Roraima e a propositura de novas demandas pelas entidades relacionadas com a indústria, comércio, serviço e turismo, em face da iminente mudança do chefe do Poder Executivo. E, para constar, eu, Jardel Souza Silva, secretário, lavrei o presente Termo, que será assinado pelo Senhor Presidente e encaminhado à publicação.

Sala das Sessões, 14 de março de 2014.

Brito Bezerra

Presidente da Comissão

SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA
 DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES
 GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES
COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO.
EDITAL DE CONVOCACÃO N.º 001/2014

Convoco os Senhores Deputados **Jalser Renier**, Vice-Presidente; **George Melo, Jean Frank e Ivo Som** Membros Titulares, para reunião extraordinária desta Comissão, no dia **12/03/14**, às **15h**, na Sala de Reuniões nos altos do Plenário Deputada Noêmia Basto Amazonas deste Poder, para discutir ações e resultados das políticas de governo até então implementadas no Estado e, sobretudo elencar novas demandas frente à iminente mudança do chefe do Poder Executivo Estadual. Foram convidados representantes de entidades, sindicatos e órgãos governamentais relacionados com a finalidade desta Comissão.

Sala das Sessões, 11 de março de 2014.

Brito Bezerra

Presidente da Comissão.

